

A crise no parlamentarismo

O GLOBO

VIVALDO BARBOSA

74 MAR 1968

A nação brasileira vive uma grave crise, com poucos precedentes em sua História, como vem sendo reiterado pela imprensa, por empresários, pelos trabalhadores, pelos homens públicos. Todos revelam que a crise é de Governo, de credibilidade, de autoridade, de legitimidade.

Tem surgido, nas últimas semanas, o argumento que, diante de uma crise como esta, a adoção do parlamentarismo seria a melhor solução. Mas, ao contrário, o parlamentarismo, nas atuais circunstâncias históricas que atravessa o País, será a face da própria crise, pois retira do povo a única instituição que lhe resta, que lhe foi restaurada na sua luta da campanha das diretas: o voto para eleger o Governo. Com o parlamentarismo, o voto do povo de nada adiantará, porque, enquanto a Nação elege um presidente, os ministros, os dirigentes do País, o Governo, enfim, estarão sendo escolhidos pelo Congresso, por senadores e deputados. Será votar para nada valer. Trará frustração ao povo. Será aprofundar a crise.

O presidencialismo, ao contrário, é a decisão pelo povo sobre o Governo da Nação: o povo escolhe o programa de governo que melhor lhe interessa, a melhor proposta para educação, para habitação, saneamento, transportes, combate à inflação, melhoria dos salários. Podê escolher entre um Governo que represente a continuação dos privilégios e o que represente a mudança, a transformação. É o instante maior da cidadania. Para a crise de autoridade, de credibilidade, de desgoverno que assola o País, nada melhor do que convocar o povo para que ele decida os seus destinos e supere a crise.

A idéia parlamentarista prosperou na crítica ao presidencialismo em premissas falsas.

Não é verdade que o presidencialismo é o responsável pelas crises que viveu a República brasileira, e que o parlamentarismo propiciou a estabilidade do Império. O Império foi o regime das elites, autocrático, autoritário e sustentou um modelo econômico baseado na escravidão. O Brasil foi dos últimos países a abolir a escravidão, porque o regime era parlamentarista, baseado nas elites e não no povo. Não há dúvida de que a escravidão não resistiria a uma campanha presidencial, pois jamais qualquer candidato deixaria de assumir o compromisso de abolir a escravidão. Na República, as crises foram mais das lutas do povo por seus direitos, quer dos trabalhadores contra os patrões, quer da nação brasileira contra o capital estrangeiro, como aconteceu na que desembocou na Revolução de 30 e nas crises que levaram ao suicídio do Presidente Vargas e à deposição

do Presidente Goulart.

Atribuem ao presidencialismo uma ligação íntima com o militarismo e com os regimes autoritários. Para desmistificar isto, basta lembrarmos que a Prússia, a nação tão identificada com o militarismo, jamais foi presidencialista, jamais foi uma República. Em nosso século, os dois regimes militaristas e totalitários mais brutais surgiram de regimes parlamentaristas. Hitler era Primeiro-Ministro (Chanceler) do regime parlamentarista alemão. E sobre a estrutura do parlamentarismo montou a ordem totalitária do III Reich. Mussolini fez o mesmo na Itália. Em nossos dias, o regime racista do apartheid da África do Sul é parlamentarista. Os regimes socialistas, em sua fase autoritária, como o stalinismo, foram regimes parlamentaristas.

Mas, o exemplo mais citado é o das Repúblicas latino-americanas onde o militarismo teve presença e onde se forjaram diversos regimes autocráticos em diversos períodos de nossa história. Os estudos mais sérios apontam como causas maiores a estrutura colonial e de dependência de fato que sobreviveu às independências das colônias americanas. Basta examinarmos a obra clássica de Sarmiento, na Argentina. Nenhum regime militar autoritário na América Latina foi formado sem a participação de países europeus ou dos Estados Unidos.

Esta crítica encobre a realidade de um dos períodos mais esplendorosos da história dos povos: a independência dos países das Américas. Para forjar esta independência e romper com os colonizadores dos regimes monárquicos e parlamentaristas europeus, a opção só poderia ser a República presidencialista, como regime mais inovador e mais moderno. O presidencialismo revelou a própria face da independência e da República.

Há duas questões de natureza moral na implantação do parlamentarismo agora no Brasil.

A primeira, é a eleição direta do Presidente da República. O povo brasileiro, que guarda a lembrança da campanha pelas diretas, está ansioso por votar e eleger o Presidente da República. Para não fugir a esta exigência, a proposta parlamentarista admite realizar eleições diretas à Presidência. Acontece que o Presidente da República terá apenas duas atribuições: ser o Comandante Supremo das Forças Armadas e chefiar a política exterior do País. Percorrerá os quartéis e viajará pelo Mundo. Mas, nem essas atribuições poderá exercer em plenitude, porque não escolhe os ministros militares nem o Ministro das Relações Exteriores. Todos os Ministros são escolhidos pelo Primeiro-Ministro, de conformi-

dade com as preferências do Congresso Nacional, dominado pelo PMDB e pelo PFL, da antiga e da nova Repúblicas. É como se o povo não tivesse direito a outras opções.

Todos podemos imaginar a crise que se instalará com a eleição do Presidente, em dois turnos, por maioria absoluta, com 40 milhões de votos, sem poder escolher ministros ou dirigentes de departamentos ou influir em qualquer medida, como construir escolas, melhoria de salários, combate à inflação e custo de vida.

A segunda questão moral é o atual Congresso Nacional assumir para si as prerrogativas parlamentaristas de eleger indiretamente o Governo da Nação em substituição ao povo. Será usurpação do poder e representa cassação do direito do povo escolher o Governo que mais lhe interessa. Sistema de governo é o resultado da evolução política dos povos. Não pode ser produto da imaginação ou de belas idéias. Tancredo nos lembrou disto. Ai do Congresso que não respeitar as aspirações do povo! Sepultará a si próprio e comprometerá a estabilidade das instituições e o futuro do País. É preciso que respeitemos a vontade da Nação para que a vida pública seja respeitada e dignificada.

A diferença marcante mesmo entre o presidencialismo e o parlamentarismo é em relação ao voto do cidadão, que é o exercício maior da cidadania.

No parlamentarismo, o Governo, que toma as decisões que afetam a vida das pessoas, é formado por acordo dentro do Congresso. O Congresso, por sua vez, decorre de eleições federais, realizadas isoladamente em cada Estado, onde são debatidas, prioritariamente, as questões locais, regionais e estaduais; não são debatidas em profundidade e extensão as questões nacionais. Estas somente poderão ser adequadamente debatidas em eleições presidenciais. O povo tem em suas mãos o poder maior de opção.

A eleição presidencial é o voto direto. A eleição parlamentar é a eleição indireta. O parlamentarismo convive com as monarquias, com os impérios, com o fascismo, com o nazismo, com o racismo na África do Sul, com o salazarismo em Portugal e com a escravidão no Brasil. O presidencialismo, que não pode ser confundido com o militarismo autoritário, é a marca maior da República. É a melhor oportunidade de se valorizar a cidadania e de se praticar a República.